

# *Museu da Língua Portuguesa: instituição e discurso didático*

Museu da Língua Portuguesa: institution and didactic discourse

*José Horta Nunes*

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

**Resumo:** Neste artigo analisa-se o discurso de institucionalização do Museu da Língua Portuguesa. A partir da perspectiva da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, mostra-se como se constitui o discurso sobre a língua, sobre os visitantes do museu e sobre as relações da instituição com o espaço urbano em que se situa. Para isso, discutem-se as noções de discurso didático, individuação do sujeito, significação do “entorno” enquanto espaço urbano e sociabilidade. São considerados também os discursos da Unesco e do Estado brasileiro sobre a língua vista como patrimônio histórico cultural imaterial.

**Palavras-chave:** Museu da Língua Portuguesa. Discurso didático. Espaço urbano. Patrimônio imaterial. Divulgação científica.

**Abstract:** In this paper, we analyze the discourse of the institutionalization of the Museu da Língua Portuguesa. Based on the Discourse Analysis and the History of the Linguistic Ideas, we explicit how it is constituted a discourse on the language, the visitors of the museum and on the relations between the institution and the urban space where it is located. Therefore, we discuss the notions of didactic discourse, individuation of the subject, the meaning of “environments” as an urban space, and sociability. We also consider the Unesco and Brazilian Government discourses on the language as a Historical cultural immaterial patrimony.

**Keywords:** Museu da Língua Portuguesa. Didactic discourse. Urban space. Immaterial patrimony. Scientific dissemination.

O aparecimento do Museu da Língua Portuguesa (MLP), inaugurado em março de 2006 em São Paulo, é um fato inédito, especialmente para a compreensão do museu enquanto instituição ligada à circulação de saberes sobre a língua. Como implantação recente e singular, ela demanda sentidos em várias direções e leva a deslocamentos no modo de significar a língua, os falantes e o espaço-tempo em que se inserem. Por isso é muito oportuna a iniciativa das organizadoras deste número da revista *Letras* de buscar compreender o surgimento dessa instituição e o modo como a língua aí está presente. As análises que seguirão tomaram como *corpus* algumas sequências do site do MLP e anotações de campo efetuadas durante uma visita ao local. Esperamos com este trabalho participar do debate sobre o tema, tratando de algumas questões suscitadas pelo viés da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas.

Nossa análise do discurso do MLP partiu da reflexão sobre a noção de *discurso de divulgação*, visto que o museu se apresenta como uma instituição de “difusão” do idioma, tal como vemos na apresentação de seu site na internet:

O Museu da Língua Portuguesa, dedicado à valorização e difusão do nosso idioma (patrimônio imaterial), apresenta uma forma expositiva diferenciada das demais instituições museológicas do país e do mundo, usando tecnologia de ponta e recursos interativos para a apresentação de seus conteúdos. (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2013).

A noção de *discurso de divulgação*, tal como trabalhada na Análise de Discurso, pareceu-nos pertinente para iniciar nosso trabalho; porém no decorrer da análise, ao tomarmos contato com o *corpus* e com as marcas do discurso, percebemos que seria mais apropriado falar em *discurso didático*. Isso nos levou a discutir as especificidades e as fronteiras entre esses tipos de discurso e os modos de nele se apresentarem os saberes sobre a língua.

Outra questão que norteou a análise foi a da institucionalização de um saber sobre a língua. Os museus têm sofrido uma série de modificações diante da importância que historiadores e museólogos vêm atribuindo. É nesse contexto que o discurso do MLP adota uma perspectiva “dinâmica” de museu, voltado para uma perspectiva sociocultural e direcionado ao público:

Assim, nos últimos anos, o que passamos a ver são museus dinâmicos, interessados em dialogar com seus públicos e com novos públicos, preocupados com as transformações à sua volta, preocupados em ‘fazer diferença’! Os museus, atualmente, além de suas funções típicas, se transformaram em grandes centros culturais e apresentam uma programação muito variada, da música ao teatro, dos cursos e oficinas às mostras de cinema. Hoje, são verdadeiros espaços de vivência sociocultural. (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2013).

Nota-se que a relação que se estabelece com o público, de “vivência” e “diálogo”, é fundamental para os organizadores do museu, que situam o saber aí produzido no terreno da “cultura”. Procuraremos compreender, diante disso, de que modo tal concepção de museu orienta sentidos para o público frequentador e em que medida o discurso cultural afeta a constituição dos sentidos. Examinaremos também o papel do Estado e das instituições internacionais na formação do discurso do MLP, visto que a imagem da língua como “patrimônio imaterial” cultural pressupõe certos percursos de sentido que envolvem essas instâncias institucionais.

Além da institucionalização de um saber sobre a língua, vemos também a inserção do MLP no espaço público como um fato da urbanidade, já que se tratou de uma intervenção na região central da cidade de São Paulo. Como se sabe, o museu foi instalado no prédio da Estação da Luz, no bairro da Luz, onde há também uma estação de metrô. E, na medida em que o museu é aberto à visitação, ele se torna um lugar de passagem nos percursos dos sujeitos, bem como traz consequências para as rela oes sociais nesses espaços. Assim, os sentidos de língua para os visitantes não estão desconectados do entorno do prédio da Esta o da Luz e dos sujeitos que aí se encontram. Difusão da língua e espaço urbano estão estreitamente relacionados no discurso do museu.

### **Um discurso didático cultural sobre a língua**

A distin o entre discurso de divulga o e discurso didático nos parece produtiva para observarmos o discurso do MLP, pois ela nos faz visualizar duas formas de circula o dos saberes sobre a língua. Isso tem efeitos sobre a forma o de um imaginário de institui o, de língua, de público e de ciência.

Segundo J. Authier-Revuz (1998), o discurso de divulgação, assim como o discurso didático, é uma forma de “discurso segundo”, um discurso que retoma outros discursos, outras enunciações em que se sustentam. Porém, o que distingue os dois é que o discurso de divulgação “mostra” o discurso da ciência, enquanto o discurso didático fala por meio de uma enunciação universal, reproduzindo o regime de enunciação do primeiro e apagando os mecanismos de sua enunciação:

O discurso científico contemporâneo, assim como o discurso didático dos manuais, discurso segundo que reproduz o regime de enunciação do primeiro, apagam, ao contrário, os mecanismos da enunciação no anonimato de um discurso universal do Verdadeiro, à racionalidade atemporal e impessoal. Via a forma do discurso relatado, na D.C. os enunciados científicos são massivamente remetidos (cf. 2.2.1.) a temas concretos, nomeados, datados, localizados. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 123).

Assim, no discurso de divulgação encontramos marcas da heterogeneidade do discurso (ou não coincidências enunciativas, conforme Authier-Revuz), tais como as do discurso relatado, na medida em que são citados autores, instituições, conceitos, obras etc. Já no discurso didático, a tendência é de apagar essas remissões, produzindo-se uma relação direta como o objeto do discurso ao modo da universalidade ou do anonimato, da impessoalidade. Assim, para a análise desse discurso, é preciso considerar elementos de heterogeneidade constitutiva, não mostrada, visto que não estão presentes as marcas enunciativas do discurso-outro. No discurso de divulgação, os autores buscam se legitimar nos lugares institucionais da ciência (laboratórios, cientistas, teorias etc.), ao mesmo tempo que tentam remediar as faltas destes, visto que os produtores da ciência são considerados muito distantes dos leitores. Os discursos de divulgação também se legitimam como aqueles que vêm suprir as deficiências do ensino, uma vez que ali muitas vezes se reproduz o discurso científico, apagando suas enunciações por meio de um discurso universalizado.

Observemos as frases a seguir. A primeira delas é intitulada “Árvore de Palavras” e exposta no início do percurso dos visitantes. Ao lado desse escrito, o visitante vê a escultura de uma árvore, que traz em suas raízes, troncos e galhos algumas palavras escritas. A segunda

sequência apresenta um painel de 106 metros, que os visitantes percorrem visualizando uma sequência de projeções de filmes ao som de músicas, narrações, entrevistas etc.:

1. A árvore contando a origem das palavras é uma figura recorrente dentro da etimologia. Ela expressa o desenvolvimento da palavra como um organismo vivo em constante mudança.

2. Nesta tela de 106 metros que ocupa toda a extensão da Estação da Luz, retratamos a riqueza e a diversidade da língua portuguesa. Uma língua em constante movimento. A cada parada uma porta se abre mostrando um recorte do que temos de mais original: a língua no cotidiano; nas músicas, no futebol; nos carnavais, na culinária, nas relações humanas, nas festas, na natureza, nas religiões e nas danças. Além de ressaltar a raiz portuguesa que fundou nossa identidade. [...] Nossa matéria prima é a palavra. A palavra como som, como sentido, como signo cultural distintivo, como argamassa social, como história, como objeto.

Nessas formulações, percebemos uma enunciação universal em 1 (A árvore [...] é uma figura recorrente dentro da etimologia) e coletiva em 2 (“retratamos”, “temos”, “nossa identidade”) que pode ser remetida à voz da instituição e incluir também a voz dos brasileiros enquanto uma unidade cultural marcada pela originalidade de certas atividades e objetos, inclusive a língua. A língua é delimitada no espaço cotidiano, em que as modalidades (música, futebol, carnaval, culinária, festas, natureza, religiões, danças) estão incluídas. O nome da língua aparece sempre como “língua portuguesa”, o que reinscreve historicamente esta nomeação como adequada. Desse modo, retoma-se a posição de que os brasileiros falam a língua portuguesa ou variações dela, especialmente as falas cotidianas orais.

É interessante notar que a primeira materialidade da língua com que o visitante se depara é a música (som e letra falada). No elevador que dá acesso ao primeiro piso da exposição ouve-se uma composição de Arnaldo Antunes (palavra-língua). E, na lista de atividades culturais que marcam a língua cotidiana, a música é a primeira a aparecer, marcando o direcionamento para a oralidade, para os sons e para o discurso artístico, especialmente da música popular brasileira.

Nas sequências analisadas também se percebe que não aparecem citações de autores, de obras, de cientistas, de instituições, enfim, não se produz uma encenação do discurso científico, tal como ocorre com a forma de discurso de divulgação científica. O que prevalece é uma enunciação universal (na sequência 1) ou coletiva (sequência 2), sem indícios de heterogeneidade marcada. Assim, há regularidades de discurso didático, com enunciados universalizantes, mas também coletivos, de modo que por vezes fala uma voz da verdade universal e por vezes a de uma coletividade institucional ou cultural, envolvendo os falantes da língua portuguesa e mais especificamente os da “variedade” brasileira. Diante disso, concebemos que há aí um discurso didático institucional, que é também um discurso didático cultural.

Outro caminho para a análise dos enunciados é o de atentar para as marcas de heterogeneidade constitutiva que evocam certas disciplinas ou teorias linguísticas, sem no entanto explicitar, definir ou remetê-las a autores ou instituições. É o caso da menção à etimologia e às evocações da linguística histórica que se depreendem de marcas como “raiz portuguesa”, “árvore”, “organismo vivo”, “mudança”, “palavra”. Sendo a palavra a unidade fundamental da linguística histórica do século XIX, percebe-se que essa memória é vivamente atualizada no discurso do MLP, visto que a palavra é a unidade mais recorrente nos painéis e nas apresentações durante a visita. A palavra “signo cultural”, se por um lado lembra parcialmente a noção de signo saussuriana, também se distingue dela na medida em que se trata de um “signo cultural” e não “social” como afirmava Saussure, e desse modo se evoca também a visão cultural da língua de autores como Sapir, igualmente não citado.

Vimos que os enunciados analisados trazem elementos para se compreender como vai se formando um imaginário de língua cultural, bem como um certo modo de se relacionar com os discursos primeiros que constituem o discurso didático da instituição (discursos científicos, discursos artísticos, discursos disciplinares): o modo da evocação. Na continuidade da análise vamos mostrar alguns recortes em que abordamos certos aspectos do processo discursivo de institucionalização do MLP, incluindo aí a imagem que se faz do visitante enquanto um “cidadão-usuário”, a circulação de sentidos do discurso científico e a significação do museu enquanto uma instituição instalada no espaço urbano, que leva em conta os espaços e sujeitos em seu entorno.

## **A institucionalização da língua como patrimônio histórico imaterial**

Para mostrar a constituição do discurso do MLP, atentamos para o processo de institucionalização ao qual ele se associa. No campo da História das Ideias Linguísticas, os estudos sobre as instituições ligadas à produção e circulação de saberes linguísticos têm mostrado o importante papel que elas desempenham em diferentes momentos históricos. Instituições como o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, desde 1837, os cursos superiores de Letras a partir dos anos 1930, o processo de institucionalização da linguística durante o século XX, o aparecimento dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, a partir dos anos 1960, entre outras, trouxeram condições para o estabelecimento de certas formas de disciplinarização do saber, para a formação de alunos em diferentes níveis educacionais, para a elaboração de instrumentos linguísticos como gramáticas, dicionários e manuais e para a produção de pesquisas em diversas especialidades das ciências da linguagem (ORLANDI; GUIMARÃES, 2002).

Cabe analisar, diante disso, que outros sentidos se produzem com o funcionamento do MLP. Este não se apresenta como uma instituição de produção de saber, como as que acabamos de citar, mas sim de “difusão” da língua, como vimos antes. Ao inserir-se entre as instituições que visam a difundir a língua e a cultura, o MLP se aproxima de outras instituições dessa natureza, entre as quais o Instituto Camões, em Portugal; o Instituto Cervantes, na Espanha e o Instituto Goethe, na Alemanha, que promovem a difusão, respectivamente, das línguas portuguesa, espanhola e alemã em outros países e continentes. Mencionemos também que alguns esforços têm sido realizados para a criação no Brasil do Instituto Machado de Assis, com o objetivo de difundir a língua brasileira fora do espaço lusófono (ORLANDI, 2009). A tendência a esses projetos de divulgação da língua no espaço internacional é um fato importante na conjuntura contemporânea, sendo que em cada espaço nacional isso toma uma configuração específica.

A institucionalização do Museu da Língua Portuguesa articula instâncias nacionais e internacionais em torno de uma discursividade cultural atribuída à língua. E. Guimarães mostra que, para se compreender o discurso de divulgação e a relação que ele estabelece com a produção científica, a mídia e a sociedade, é preciso considerar também a relação que aí se estabelece com o Estado, visto que “os percursos sociais do conhecimento sofrem sempre a ação do Estado” (GUIMARÃES, 2001,

p. 73). Embora com as especificidades de um discurso didático, podemos considerar que essa relação com o Estado também se dá com o MLP, na medida em que, incorporando enunciações da Unesco, o Estado promove ações para inventariar o patrimônio histórico e cultural nacional, o que traz consequências para as políticas públicas.

Durante o século XX, a Unesco proporcionou várias iniciativas para inventariar o patrimônio cultural. Funari e Pelegrini mostram que o conceito de patrimônio cultural “associou-se no século XIX com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão” (FUNARI; PELEGRINI, 2008, p. 28). Em seguida, essa concepção nacionalista foi contestada em vista da defesa da diversidade:

A Unesco e os estados nacionais expressaram a predileção pelo caráter excepcional de obras-primas da humanidade ou da nação, como dignos de preservação e posteridade. Com as críticas ao nacionalismo e às visões normativas da sociedade, surgiram os apelos pelo patrimônio da humanidade, considerado não uma abstração monolítica e homogênea – que não existe –, mas na concretude da diversidade. Esse movimento de valorização das culturas, iniciado com os aspectos materiais, em geral produzidos pelas elites, passou aos poucos a se expandir para as manifestações intangíveis e dos grupos sociais em geral, não apenas, pelos dominantes. (FUNARI; PELEGRINI, 2008, p. 29).

Assim, ainda conforme os autores, o patrimônio “aproximou-se, cada vez mais, das ações quotidianas, em sua imensa e riquíssima heterogeneidade” (FUNARI; PELEGRINI, 2008, p. 30). A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, da Unesco, formulada em 2003, propôs que o patrimônio intangível se manifestava, em particular, nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais (FUNARI; PELEGRINI).

Na lista acima, nota-se que o idioma é uma das “tradições e expressões orais” consideradas como patrimônio cultural imaterial, o que se confirma com a instituição do MLP, em que essa visão cultural se reafirma, com o direcionamento para o cotidiano, a oralidade, e a consideração de expressões artísticas, práticas sociais, festas, natureza e técnicas artesanais.

No Brasil, foi atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), criado na segunda metade da década de 1930 e hoje vinculado ao Ministério da Cultura, a incumbência de proteger o patrimônio cultural brasileiro por intermédio de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”, tal como prevê a Constituição de 1988. O mesmo pode ser dito em relação às línguas indígenas brasileiras, visto que, como mostram R. Morello e G. M. Oliveira, várias iniciativas têm sido feitas para registrar essas línguas como patrimônio imaterial, entre os quais a criação de um *Livro de Registro das Línguas*, um “instrumento através do qual o Estado reconhece as línguas das comunidades brasileiras como patrimônio cultural imaterial da Nação” (MORELLO; OLIVEIRA, 2013, n.p.).

### **Serviço público e cidadão-usuário**

Estabelecidas as condições institucionais internacionais e nacionais para se tratar a língua como patrimônio imaterial, a implantação do MLP resultou de um convênio do governo do estado de São Paulo com a Fundação Roberto Marinho, o qual levou à formação de uma equipe constituída por especialistas de diferentes campos de saber:

O Museu contou com uma equipe de criação e pesquisa composta por mais de trinta profissionais qualificados, dentre eles sociólogos, museólogos, especialistas em língua portuguesa e artistas que trabalharam sob a orientação da Fundação Roberto Marinho, instituição conveniada ao Governo do Estado de São Paulo responsável pela concepção e implantação do museu. (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2013).

Vemos que a questão da língua se apresenta como objeto multidisciplinar, que envolve diferentes especialistas e campos de saber. Entre os objetivos do museu, além de “mostrar a língua como elemento fundamental e fundador da nossa cultura”, temos um outro que confi-

gura um lugar para os visitantes: “aproximar o cidadão-usuário de seu idioma, mostrando que ele é o verdadeiro ‘proprietário’ e agente modificador da Língua Portuguesa”. Tal direcionamento para o “cidadão-usuário” filia-se a uma discursividade gestora que está ligada a transformações na administração pública, efetuadas nas últimas décadas, período em que surgiram discursos de “gestão” que envolvem várias formas de parceria entre público e privado. Entre as palavras que se inserem no que podemos chamar o léxico da gestão pública, a palavra “cidadão-usuário” é uma das que indicam deslocamentos de sentido para significar os sujeitos que são alvo das políticas públicas, remetendo ao mesmo tempo à posição de Estado (cidadão) e à da iniciativa privada empresarial (usuário). Mas o cidadão-usuário também se distingue simplesmente de “consumidor”. Vejamos o que diz um dos dicionários *on-line* à disposição na internet, o Wikcionário:

### **cidadão-usuário**

#### **Substantivo**

- 1) cidadão que é usuário de um determinado serviço público

Nota

- utiliza-se esta forma em contraposição a consumidor de serviço público, para ressaltar o caráter de direito de cidadania inerente aos serviços públicos. O uso deste termo popularizou-se como reação aos movimentos de privatização dos serviços nas últimas décadas do século XX, que descaracterizam os serviços públicos como um direito dos cidadãos, transferindo-os para a esfera do mercado e, portanto, reduzindo o cidadão a mero consumidor dos serviços. (WIKICIONÁRIO, 2013).

Nessa definição de cidadão-usuário, deparamo-nos com um equívoco que envolve os sentidos do público e do privado. O neologismo *cidadão-usuário* marca, assim, a região de fronteira entre uma posição de serviço público e uma posição de mercado. O mesmo acontece com outras palavras administrativas que passaram a circular recentemente, como “gestão”, “governança” e outras. E, se remontarmos ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado em 1995, durante o governo de F. H. Cardoso, veremos que ali se desenham orientações para as transformações no serviço público, que passa a ser direcionado a parcerias entre setor público e setor privado e medidas voltadas ao cidadão:

A estratégia de transição para uma administração pública gerencial prevê, ainda na dimensão institucional-legal, a elaboração, que já está adiantada, de projeto de lei que permita a ‘publicização’ dos serviços não exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não estatal, onde assumirão a forma de ‘organizações sociais’ [...] Entende-se por ‘organizações sociais’ as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária. [...] Terão prioridade os hospitais, as universidades e escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus. (PLANO DIRETOR..., 1995).

Junto à “gestão” com participação das “organizações sociais” em um movimento de “publicização” (note-se que de uma posição de governo não se diz aqui “privatização”), temos também o “projeto cidadão”, que tem o objetivo de “aperfeiçoar as relações entre os órgãos da Administração Pública e os cidadãos”, com a “localização das ações nas necessidades do cidadão”. Entre as áreas contempladas para essas ações estão, em síntese: simplificação da burocracia, recebimento de reclamações e sugestões do cidadão, sistema de informação ao cidadão, e qualidade do serviço.

O Museu do Futebol, criado pelo mesmo Instituto que depois implantou o MLP, a saber, o Instituto da Arte do Futebol Brasileiro (IFB), é um dos que se inserem nessa nova concepção museológica, voltada para o cotidiano e as manifestações populares e culturais. Segue abaixo a descrição institucional inserida no *site* desse museu:

Desde a inauguração, o Museu do Futebol é administrado pela Organização Social de Cultura *Instituto da Arte do Futebol Brasileiro – IFB*, entidade privada sem fins lucrativos que presta serviço público de interesse da comunidade. A gestão do Museu é realizada por meio de um Contrato e um Plano de Trabalho firmados junto à Secretaria do Estado da Cultura. Parte dos recursos disponibilizados para a administração do Museu do Futebol provém do Estado e parte provém de captações realizadas pela própria entidade (ingressos, locações, patrocínios etc.). Trata-se de um modelo de gestão de equipamentos culturais vigente no Estado de São Paulo desde 2005 e que tem mostrado resultados positivos. (MUSEU DO FUTEBOL, 2013).

É dentro dessa noção gerencial direcionada ao cidadão usuário que o discurso do MLP se instala. Isso mostra que, pela ação do Estado, tem lugar um processo de individuação do sujeito, que determina projetos de serviço público como o dos museus. De acordo com Orlandi:

As formas de individu(aliz)ação do sujeito, pelo Estado, estabelecida pelas instituições e discursividades, resultam, assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir. Esse indivíduo funciona, por assim dizer, como um pré-requisito nos processos de identificação do sujeito, ou seja, uma vez individuado, este indivíduo (sujeito individuado) é que vai estabelecer uma relação de identificação com esta ou aquela formação discursiva. (ORLANDI, 2012, p. 228).

As colocações de Orlandi nos conduzem a observar os processos de individuação no discurso do MLP. Notamos que a individuação pelo Estado, tal como explicitamos ao tratar do processo de institucionalização do museu, ocorre com a formação da imagem do cidadão-usuário. Esse cidadão é afetado pelo equívoco que incide sobre os sentidos de serviço público e serviço privado, na tensão entre público e mercado, de modo que o Estado está ao mesmo tempo presente e ausente. Essa é uma condição para a implantação da instituição (parceria entre governo estadual e Fundação Roberto Marinho) e da prática discursiva didática que ela introduz. Entre as parcerias estampadas no *site* do MLP, temos: Secretaria de Educação do governo do estado de São Paulo, IBM, Petrobras, TV Globo, Empresa Brasileira de Correios, Instituto Vivo, BNDES, Votorantim, Eletropaulo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lei de Incentivo à Cultura, Ministério da Cultura.

Uma vez instalada a instituição direcionada ao cidadão-usuário, verificamos no discurso um batimento entre a unidade desse cidadão-usuário, com direitos e deveres, e a diversidade cultural que se apresenta nos discursos expostos ao visitante. Desse modo, após a individuação pelo Estado como cidadão-usuário, ocorre a identificação desse sujeito já individuado com esta ou aquela formação discursiva: do falante no cotidiano, do músico, do carnavalesco, do futebolista, do falante regional, do indígena, do africano, do imigrante, dos falantes dos países de língua portuguesa etc.

Como essas transformações atingem a visitaçao do MLP? Ao analisarmos o percurso do visitante no interior do museu, notamos

que, enquanto no início aparecem algumas representações coletivas dos sujeitos e da língua, ao final temos uma imagem individualizada do visitante. Explicamos. No início da exposição, no longo painel de 106 metros, vemos abordadas práticas coletivas como o carnaval, o futebol, as danças, as imagens do metrô como transporte coletivo etc. Já no final do percurso desse mesmo andar, após a “Linha do Tempo da História da Língua Portuguesa”, temos um espelho que reflete a imagem do visitante, indicando-o como aquele que modifica a língua. Isso retoma o objetivo proposto de tomar o cidadão “o verdadeiro ‘proprietário’ e agente modificador da Língua Portuguesa”. Com a evocação do discurso do cidadão-usuário, temos também aí um deslocamento para um sentido de privatização da língua (“proprietário”) resultante desse processo de individuação do sujeito. E assim se dá o jogo entre a diversidade dos grupos sociais e culturais e a unidade do sujeito individuado, sujeito de direito e de mercado.

Outra questão a ser considerada para a compreensão dos sentidos de cidadão e de público enredados nos discursos é a do “entorno” do museu. Enquanto serviço público, vimos que o MLP se dirige ao cidadão-usuário. Se, de um lado, essa imagem do cidadão usuário é trabalhada no interior do espaço do museu, em meio à diversidade de identidades dos falantes da língua, por outro lado, ela também se estende para o espaço externo do museu, ou para retomar uma palavra do discurso urbanístico: para o seu “entorno”. Observemos de que modo se formula um discurso para os sujeitos desse espaço:

Desde o início, entendemos que, como manda a boa educação, os que chegam devem se apresentar. Assim, uma das primeiras ações do museu foi procurar a Associação dos Lojistas do Bom Retiro e estabelecer um programa de visitas gratuitas para os funcionários das centenas de lojas que se localizam no entorno do museu e usam diariamente as estações de trem e metrô da Luz. Importante nos apresentarmos, importante mantermos uma relação cordial com nossos vizinhos. (MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2013).

A palavra “entorno” marca aí uma discursividade urbana específica, ligada aos processos de “revitalização” urbana, o que se mostra na repetição do sintagma “revitalização do entorno” em vários projetos de intervenção urbana. É interessante ter em conta que a palavra “en-

torno” na sequência anterior está numa relação de correferência com “vizinhos”, de modo que o discurso urbanístico determina o discurso social, das relações de vizinhança. E ao se sobrepor ao social, o discurso urbano, que como vimos se dirige ao cidadão-usuário na fronteira com o discurso econômico, de mercado, estabelece para os sujeitos desse espaço uma identidade comercial, econômica, empresarial. É aos “lojistas” do distrito do Bom Retiro que os organizadores se dirigem por meio de uma “boa educação” e de uma “relação cordial”. Assim, forma-se uma rede que envolve os frequentadores do museu, os usuários do transporte metroviário e os lojistas do Bom Retiro. Com a noção de *entorno*, temos uma migração da política pública para o discurso empresarial, a qual desloca sentidos do político para o educacional ou a cordialidade.

Importa-nos conhecer esses processos de institucionalização do museu e da relação com seu entorno para refletirmos mais amplamente sobre os efeitos desses discursos sobre a cidade. A língua é vista aí não somente como inserida no interior do museu, mas também no espaço público mais amplo em que este está localizado. Em nossa visita, observamos que há um contraste entre a rua em que se encontra a Estação da Luz e os locais dos arredores. No próximo item, apresentaremos de modo mais específico alguns dos resultados das análises feitas nos espaços internos e externos.

### **Os sentidos da visitação: saberes evocados e didatizados**

Por meio de uma visita ao museu, analisamos o que consideramos como *flagrantes da cidade*, ou seja, modos de aparição das materialidades do sentido no espaço urbano (ORLANDI, 2004). São olhares em movimento, sentidos em trânsito, lembretes, formas do discurso urbano. Na visita interna e externa (aos arredores do museu) efetuamos anotações para uma posterior análise. Ao utilizar esse método, respeitamos o tempo da visita, ou seja, foram anotações parciais, entrecortadas, sujeitas a paradas e retomadas, a desvios de percurso. O que se obtém ao final são anotações parciais, transformadas pelo olhar do analista, que trazem os indícios do percurso de visita realizado a partir dos objetivos da pesquisa. Desse modo, mostraremos a seguir as anotações-flagrantes, seguidas das análises.

A rua do museu tem pouco movimento. O prédio reformado, pintura nova, calçada limpa, guardas na estação do metrô, em frente viaturas vigiam. Na calçada do outro lado, estranhamento, o Parque da Luz, e em frente sujeitos deitados sob cobertores, anonimato. Dentro

do parque, nas passarelas sinuosas, românticas, caminhantes, trabalhadores, corredores, moradores de rua, prostitutas, espaços para idosos, equipamentos da terceira idade. Militares fazem ginástica em filas. Uma dupla de viola caipira se apresenta em um banco reunindo curiosos.

À esquerda da Estação da Luz, a Rua José Paulino, um letreiro diz que estamos no Bom Retiro, retiro de fim de semana, retiro de meio de semana, retiro que não é mais retiro. Comércio, roupas, outro espaço de significação: movimento, lojas, lanchonetes, galerias, a velocidade do passo, comerciantes, clientes e outros.

À direita da estação, a Rua Brigadeiro Tobias. Surpresas. Obstáculos aos pedestres, sem calçadas, muros escondem não se sabe o quê, obras em obras, pichações, escrita urbana. Área central desplanejada. Mais à frente, prédios residenciais, precariedade, cortiços, tudo assim tão desigual, moradores? Prédios de cimento mal conservados, ruas e carros, prédios de vidro, abandono, poderes impúblicos,

A visita ao museu. Elevador musical, palavras cantadas, línguas, rito, Arnaldo Antunes, Árvore de Palavras, árvore de línguas? 106 metros de painel, um trem de imagem. Projetor-tema, telas, grande televisão, metrô, murmúrios, vozes de passageiros, conversas. Uma senhora falando sobre Juscelino Kubitschek, cenas de minissérie, TV Globo, A Grande Família, a série, narração de Regina Casé, carnaval, Zé Carioca, Walt Disney, Brasileirinho, o sambódromo, mulatas, um poema de Drummond, música popular brasileira, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, caleidoscópio tropicalista, Mestre Candeia o sambista, Elis Regina, *hip-hop*, DJ KL JAY, grafites, improvisações, jogos de palavras, letras mudam de lugar, brasileiro, mistura, pernambucano, palavras piscantes, evanescências, as mina, *rap*, repente, embolada, improvisação, maracatu, alguém cantando, percussão, dança do maracatu, roupas coloridas, Salvador, os Filhos de Gandi, futebol, Pelé.

Um guia nos aborda e nos dirige ao cinema: “está na hora da sessão”. Cinema-língua, centenas de letras em movimento formam uma galáxia, símbolo do museu. A galáxia de Haroldo de Campos? O Instituto Camões, comunidade dos países de língua portuguesa, música cinematográfica, 2001 Odisseia no Espaço? Percussão, música sombria, um grito, nasce a linguagem, a voz de Fernanda Montenegro: “Não há registros das primeiras palavras”, milênios, Tom Jobim, boi da cara preta, “todos nós nascemos da língua portuguesa”, “nossa língua nasceu em Portugal”, um DNA na tela, identidade, a língua-mãe, “idiomaterno”, a grande mãe língua.

Na Sala de Palavras. Projeções no teto, escuro, planetário-língua, os astros, “penetra surdamente no reino das palavras”, Drummond, mantras, Coqueiro de Itapuã, Caimi imagem de Dorival, José de Alencar, voz de Maria Bethania, é servir a quem serve o vencedor, Camões, vozes, Alice Ruiz, Arthur Netrovsky, Drummond de novo: João amava X que amava Y, gráficos, Cabral de Melo Neto, a onda aonde? No céu, Manuel Bandeira, Monteiro Lobato, Canção do Exílio, paráfrases, Oswald, Bananeri, José Paulo Paes, Fernando Pessoa, José Miguel Wisnik, Ricardo Reis, Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, todos os pessoas, Guimarães Rosa - Total, voz de Bete Coelho, Lira Paulistana, Mário de Andrade, Ná Ozetti e Luiz Tatti, Verdade Vergonha, Gregório de Matos, “que falta nessa cidade, verdade”, o inventa línguas – o “povo”, Haroldo de Campos, O povo é o melhor artífice, Caju e Castanha, música nordestina, a Galáxia. Concretismo.

No percurso de visita, a materialidade da língua é sobretudo som e luz: música, oralidade e vídeo. A linguagem projetada nas telas de parede, de computador, de mesas. O tato é o do dedo na tela. As novas tecnologias condicionam os sentidos. E as velhas desaparecem, como o livro. O imaterial é de materialidade oral. Há uma oralização da língua, ou mais além, um discurso do oral. A palavra é recitada, cantada, musicada. Os textos são lidos em voz alta, os autores falam, poemas têm fundo sonoro, um discurso do oral. A sonoridade é coletiva com os muito alto falantes, produzindo efeitos de sobreposição, ou individualizada com as cúpulas sonoras sob as quais um visitante ouve um vídeo isoladamente. O *corpus* da língua é mediático: filmes, televisão, minissérie, cinema, documentário, vídeo didático, entrevistas, registros, jogos eletrônicos, projeções visuais. O discurso da Rede Globo se nota marcado por essa concepção televisual e pelos vários artistas da emissora que aparecem nos vídeos, seja em fragmentos de emissões televisivas, seja em narrações inseridas nos filmes.

Enquanto espaço de visitação, o MLP abre novas possibilidades de produção de sentido, visto que se dá, nesse contato do visitante com a materialidade do museu, o encontro da memória institucionalizada com a memória dos sujeitos que se deparam com ela. A história do falante se cruza com a história da língua: percurso de filiações, repetições, rememorações, esquecimentos, reflexões, resistências. As colagens de vídeos mobilizam temporalidades fragmentadas, justapostas. E na medida em que a visão cultural coloca em cena diferentes perspectivas de observação da língua: artísticas, mediáticas, científicas, didáticas, lúdicas etc., o sujeito é afetado por essas diversas formações discursivas. Que efeitos de sentido resultam daí?

Vimos anteriormente que o discurso didático do MLP se distingue do discurso de divulgação científica, já que não encena o discurso dos cientistas por meio de citações, discursos relatados, menção a teorias e outras formas de mostrar o discurso científico. Desse modo, trata-se antes de um discurso didático cultural. A posição do museu, além da seleção das imagens que constituem os vídeos, se apresenta quando esse discurso didático se volta para os materiais apresentados, produzindo gestos de interpretação, seja sob uma voz coletiva, seja universal. Uma análise das marcas dos textos dispostos ao leitor nos fornece pistas para compreendermos a posição discursiva institucional.

No espaço do grande painel prevalecem os discursos cotidianos em sua diversidade. Da posição discursiva do museu, eles são organizados e reunidos em torno de temas culturais (carnaval, futebol, danças, músicas etc.), que por sua vez correspondem a temas que se apresentam no discurso nacional (Estado) e internacional (Unesco) de registro do patrimônio imaterial.

Já os espaços onde se encontram os “Totens Interativos” e a “Linha do Tempo da Língua Portuguesa” são marcados pelos discursos de especialistas que se voltam para a descrição da língua ou dos sujeitos que as falam. Incluem-se aí linguistas, antropólogos, sociólogos, historiadores. São textos apresentados em forma escrita ou em vídeo. Vejamos um dos textos do Totem “Línguas Indígenas”, sobre o Tupinambá:

Os tupinambás fabricavam instrumentos variados para lavrar a terra, machados, arcos, flechas, bodurnas, canoas, armadilhas, cestos, pilões de madeira, recipientes de cerâmica, assadeiras de barro para torrar a farinha, entre outros.

As canoas, por exemplo, eram feitas com a casca das árvores, um método ainda utilizado por índios e caboclos no interior do Brasil. Outros artefatos que os tupinambás produziam também continuam a ser fabricados, tanto por indígenas quanto por ‘brasileiros civilizados’. É o caso do tipiti, um longo tubo fechado numa das extremidades que serve para espremer a massa de mandioca, retirando o suco venenoso.

O título (“tupinambá”) deixa aberta a possibilidade de significar a língua ou o povo. Ao lermos o início do texto percebemos que se trata do povo tupinambá (“os tupinambás”). Nessa sequência, observa-se uma descrição dos “instrumentos” desse povo, que são listados: “machados, arcos,

flechas, bodurnas, canoas, armadilhas etc.”, o que se encaixa no discurso sobre o patrimônio imaterial, que classifica e descreve objetos culturais. Não se explicita um saber sobre a língua (heterogeneidade mostrada), mas, embora não mencionada, ela está presente pelo uso de algumas palavras como “tipiti”. Como não há indicação de que se trata de uma palavra indígena, é pelo interdiscurso que esse saber faz sentido, ou seja, pelo fato de que houve enunciações na história que indicaram tipiti como uma palavra indígena que depois foi incorporada ao português (uma heterogeneidade constitutiva). Assim, vemos que o texto tem marcas de discurso antropológico ou etnográfico, voltando-se para objetos que fazem parte da cultura tupinambá, ao passo que a relação com o saber linguístico é pouco trabalhada enunciativamente. São saberes evocados, e não explicitados.

Enquanto isso, nos textos da “Linha do Tempo”, é a língua que é tomada como objeto, de uma perspectiva histórica. Há no painel dessa sessão uma história da língua portuguesa, em que se fala da “origem” das línguas, desde as primeiras “famílias linguísticas” e em seguida da família indo-europeia, até chegar ao latim e em seguida à passagem do latim (vulgar) ao português. Assim como no painel da árvore das palavras, temos aí novamente um saber evocado, não mostrado, sobre a língua, por meio de uma enunciação universal ou coletiva. Os conceitos evocados são os mais difundidos da linguística histórica: origem das línguas, famílias, palavras. Não são citados autores do século XIX, nem da atualidade. Com a mesma orientação encontramos ainda, na Linha do Tempo, vídeos em que linguistas consagrados falam sobre a língua portuguesa e línguas indígenas e africanas. Entre outros, temos vídeos de Ataliba Teixeira de Castilho, que é assessor do MLP, e Aryon Rodrigues, especialista em línguas indígenas. Assim, os cientistas são colocados em cena e formulam um discurso didático-científico sobre a língua.

Outra noção da linguística histórica evocada sem definições conceituais nem remissões e citações é a de “criação” linguística, enquanto algo que leva a modificar a língua. Essa capacidade é atribuída seja ao povo nas manifestações populares, seja ao indivíduo que é visto como agente modificador da língua. Nesse sentido, vale ressaltar, no painel com vídeos do cotidiano, a presença de várias manifestações linguísticas populares, como as dos músicos repentistas, que recriam a língua, bem como os jogos de palavras, os anagramas que aparecem na tela, por meio de movimentações, trocas de letras e outras formas de “criação” com as letras, os sons e as palavras. Acrescentemos ainda o Beco das Palavras, uma “mesa

eletrônica interativa” que permite brincar com as palavras. Nesse jogo, os visitantes, utilizando as mãos, unem segmentos lexicais para formar palavras. Diríamos que ocorre nesse jogo uma repetição formal<sup>1</sup>, enquanto técnica de produzir palavras, pois a partir da junção de dois elementos temos uma resposta que será possível ou impossível. Quando possível, aparece a palavra completa e uma definição dicionarística ou etimológica. Assim, juntando-se os segmentos “mad” e “eira” forma-se “madeira” e aparece a etimologia: “vem do latim matéria”. Quando impossível, a junção de palavras não se efetua. Não temos na programação do jogo a possibilidade do equívoco e da repetição histórica nem a “criatividade” formal no sentido chomskiano.

## Conclusão

A institucionalização do Museu da Língua Portuguesa ocorre em uma conjuntura em que estão em andamento processos de internacionalização que afetam os saberes linguísticos, bem como a relação do Estado e dos sujeitos com as línguas. Esse processo teve avanços durante o século XX com iniciativas que visaram à identificação e registro de patrimônios culturais da humanidade, o que em seguida conduziu a inventários locais e nacionais. Inserindo-se nessa discursividade, o discurso do MLP trabalha a tensão entre a unidade e a diversidade: unidade internacional, que envolve os países de língua portuguesa, e diversidade local vista como diferença ou singularidade cultural. Como afirma José Simão da S. Sobrinho (2011, p. 121), “A formação discursiva dominante no Museu da Língua Portuguesa é a da lusofonia, com sua Língua Portuguesa imaginária”, na contradição entre as posições da colonização e da descolonização. O tema da língua nacional não se apresenta no MLP e a grande metáfora da Língua Portuguesa retorna fortemente. Enquanto isso, mostramos que a unidade do sujeito é produzida pela individuação do sujeito-usuário, marca da configuração do Estado que abre os serviços públicos para parcerias com o privado, limitando seu poder de democratizar a divulgação dos saberes sobre a língua. O sujeito-usuário é esse sujeito cindido entre o público e o privado, que ao ser individuado tem sua identidade condicionada pelas instâncias específicas de cada parceria institucional.

---

1 Utilizamos aqui a distinção de E. Orlandi (1996, p. 70) entre a repetição empírica (exercício mnemônico), a repetição formal (técnica de produzir frases) e a repetição histórica (inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva).

A língua cotidiana, nesse discurso, se transforma em uma língua da mídia, espetacularizada, televisionada, projetada. E temos uma ciência evocada para a produção de uma narração didática, distanciada pela tela e pela enunciação universal ou coletiva institucional e por uma linha do tempo ancorada na etimologia, “disciplina-pai” do idioma materno e das evocações multidisciplinares que se voltam para a diversidade. É interessante observar os deslocamentos e retornos na história do saber linguístico. Se, de um lado, a diversidade de falares é mostrada no chão das ruas, na Grande Galeria do segundo andar, o que surge projetado no teto do terceiro andar, no planetário da Língua Portuguesa, são os grandes autores da língua e das artes populares, contradição que é também a da descrição e a da normatização linguística. Talvez seja esse espaço contraditório das memórias (cotidianas, acadêmicas, mediáticas, científicas, normativas, artísticas) o que mais surpreende o sujeito visitante que vê re-interpretados, re-posicionados, re-unidos na diversidade os discursos sobre a língua historicamente sedimentados.

Instituição voltada ao público, o MLP não é indiferente ao seu “entorno”. Acompanhando o discurso urbanístico das intervenções contemporâneas, ele é atento à “vizinhança”. E o cidadão-usuário aí são os lojistas, os comerciantes, os usuários do transporte público. No entanto, há sujeitos e espaços que não estão aí contemplados: os moradores de rua, os habitantes dos cortiços, os pichadores, os espaços degradados de ruas e edifícios que contrastam com a beleza e a segurança do MLP. Assim, vemos a institucionalização do MLP também como um fato da urbanidade, que significa as relações sociais e os espaços aos quais está relacionado. Com esse olhar, temos em vista trazer subsídios para, tal como propõe Orlandi (2011, p. 698), praticar a “sociabilidade e o alargamento e cuidado do espaço público”, prática essa que não se concretiza por uma ação individual, mas por uma relação social e política.

## Referências

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GUIMARÃES, E. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento**: Estado, mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_; ORLANDI, E. P. (Org.). **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das idéias lingüísticas. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Un dialogue atlantique**: productin de sciences du langage au Brésil. Lyon: ENS Éditions, 2007.

\_\_\_\_\_. **O multilingüismo e o funcionamento das línguas**. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=212>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

MORELLO, R.; OLIVEIRA, G. M. **Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=211>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Reconhecimento é a chave para os museus exercerem seu papel social**. Disponível em: <[http://www.museulinguaportuguesa.org.br/noticias\\_interna.php?id\\_noticia=156](http://www.museulinguaportuguesa.org.br/noticias_interna.php?id_noticia=156)>. Acesso em: 28 fev. 2013.

MUSEU DO FUTEBOL. Disponível em: <<http://www.museudofutebol.org.br>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

NUNES, J. H. Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Produção e circulação do conhecimento**: Estado, mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. A língua portuguesa, o Brasil, a lusofonia, a mundialização lingüística. In: **Língua Brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

\_\_\_\_\_. A casa e a rua: uma relação política e social. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

*José Horta*

*Nunes*

---

224

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

SOBRINHO, J. S. da Silva. “**A língua que nos une**”: língua, sujeito e Estado no Museu da língua Portuguesa. 2011. 133 f. Tese (Doutorado em Linguística)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

WIKICIONÁRIO. Disponível em: <<http://pt.wiktionary.org/wiki/cidad%C3%A3o-usu%C3%A1rio>>. Acesso em: 28 fev. 2013.